



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 444 - 02/02 a 06/02/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[MTE prorroga novamente exigência de cabine climatizada em máquinas da construção](#)

Revista Proteção - 06/02/2026

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) prorrogou até 11 de fevereiro de 2027 o início da vigência da obrigatoriedade de cabine climatizada prevista no item 18.10.1.13 da NR 18 (Norma Regulamentadora nº 18), que trata das condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção.

A medida, publicada hoje (6) no Diário Oficial da União através da [Portaria MTE nº 203](#), se aplica a máquinas autopropelidas novas, dos tipos pavimentadoras, alimentadores móveis para asfalto, fresadoras de pavimento e máquinas de textura e cura de concreto.

No ano passado, a [vigência da obrigatoriedade já havia sido prorrogada](#) para 5 de janeiro de 2026 (última quinta-feira).

Assim, fabricantes, locadores e empresas do setor da construção ganham mais prazo para se adequar à exigência, que tem como objetivo melhorar as condições de conforto térmico e saúde ocupacional dos operadores desses equipamentos.

A Portaria entrou em vigor na data de sua publicação e foi assinada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Norma coletiva de montadora pode retirar tempo do cafezinho, mas não de troca de uniforme e deslocamento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/02/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Stellantis Automóveis Brasil Ltda., dona da fábrica da Fiat em Betim (MG), a pagar horas extras relacionadas ao tempo gasto por um operador industrial para troca de uniforme e deslocamentos entre a portaria e o setor de trabalho. Embora a norma coletiva não admita como tempo à disposição da empresa os minutos usados pelo trabalhador para o cafezinho e a solução de questões bancárias pessoais, o colegiado entendeu que a medida não pode atingir atividades que são do interesse do empregador.

[Empresa não consegue substituir depósito recursal em dinheiro por seguro-garantia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/02/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou um pedido da Prometeon Tyres Ltda., de Santo André (SP), de substituição do depósito recursal já efetuado em dinheiro por seguro-garantia judicial ou fiança bancária. Segundo o colegiado, embora seja possível usar o seguro-garantia ou a fiança bancária na interposição do recurso, não há base legal que autorize a substituição de valores já depositados em dinheiro.

[Sem comprovar necessidade de tratamento contínuo, bancária não terá plano de saúde vitalício](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/02/2026

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, que uma bancária do Banco Bradesco S.A. não tem direito à manutenção vitalícia do plano de



RADAR TRABALHISTA

saúde. A Turma negou provimento ao recurso da trabalhadora por ausência de comprovação efetiva da necessidade de tratamento médico continuado ou de cuidados médicos permanentes.

[Filhos de motorista de truck que morreu carbonizado após explosão receberão indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/02/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a F.M. Transporte e Comércio Ltda., de Campos dos Goytacazes (RJ), a indenizar os dois filhos de um motorista de truck falecido em um incêndio ocorrido dentro da empresa. A decisão segue o entendimento do TST de que, em atividades como o transporte de combustíveis, a exposição a riscos graves justifica a responsabilização objetiva da empresa, independentemente de culpa ou negligência.

[Conciliações no TST influenciam diretamente o dia a dia da sociedade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/02/2026

Imagine que você está pronto para sair de férias, com passagens, reservas e roteiro prontos. Poucos dias antes do embarque, é anunciada uma greve que pode paralisar os aeroportos em todo o país. O impacto não é só emocional: envolve prejuízos financeiros, compromissos adiados e planos interrompidos. Situações como essa ajudam a entender, na prática, a importância da conciliação promovida pela Justiça do Trabalho. Por trás de cada acordo firmado antes de uma paralisação, há um esforço institucional para garantir direitos, preservar empregos e, ao mesmo tempo, assegurar a continuidade de serviços essenciais para a sociedade.

[Trabalho decente, conciliação e segurança jurídica são os desafios do TST para 2026](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/02/2026



RADAR TRABALHISTA

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vieira de Mello Filho, abriu, nesta segunda-feira (2), o ano judiciário de 2026 destacando a promoção do trabalho decente, da conciliação e da segurança jurídica como eixo central da atuação da Corte em 2026. Na primeira sessão jurisdicional do ano, ele fez um balanço dos resultados de 2025 e atribuiu os números alcançados ao esforço coletivo de todas as pessoas que trabalham no Tribunal, da magistratura à prestação de serviços.

[Motorista particular de executivo não comprova que depressão tinha relação com trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/02/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um motorista que buscava a reintegração ao emprego e a condenação do Itaú Seguros S/A ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais, sob a alegação de ter desenvolvido depressão em razão do trabalho. Nas instâncias anteriores, não houve comprovação do nexo do trabalho com a doença.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Rede de Observatórios debate os 90 anos do salário mínimo no Brasil em seminário](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/01/2026

A Rede de Observatórios do Mercado de Trabalho realizou, nesta quinta-feira (05), seu XXIV Seminário, com transmissão on-line no YouTube, sobre o tema “Salário mínimo no Brasil: 90 anos de debates, lutas e transformações”. A Rede é uma parceria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

[Carteira de Trabalho Digital registra mais de 7,3 milhões de consultas ao Abono Salarial no primeiro dia](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/02/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) liberou, nesta quinta-feira (5), a consulta ao Abono Salarial 2026, referente ao ano-base 2024. Apenas no primeiro dia, até as 15h, o aplicativo da Carteira de Trabalho Digital registrou mais de 7,3 milhões de acessos de trabalhadores interessados em verificar o direito ao benefício. Para este exercício, o MTE identificou 25,4 milhões de trabalhadores aptos a receber o abono, totalizando R\$ 31,5 bilhões em recursos. O pagamento terá início em fevereiro e poderá ser realizado até 30 de dezembro de 2026.

[É falso que a NR-31 obrigue trabalhador rural a trocar chapéu por capacete](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/02/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que não houve qualquer alteração na Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31) que determine a substituição do chapéu tradicio-

RADAR TRABALHISTA

nal do trabalhador rural por capacete de segurança. Tanto o uso do chapéu de palha de aba larga, indicado para a proteção contra a radiação solar, quanto o uso do capacete de segurança são medidas possíveis no trabalho rural. A adoção de cada equipamento deve considerar a compatibilidade com a atividade desempenhada e estar fundamentada na análise técnica dos riscos identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural (PGRTR).

[Abono Salarial: 25,4 milhões de trabalhadores já podem consultar se têm direito ao benefício nesta quinta-feira \(5\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/02/2026

Os trabalhadores poderão consultar, a partir desta quinta-feira (5), se têm direito ao Abono Salarial em 2026, referente ao ano-base 2024, pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital ou pelo portal GOV.BR. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registra, em média, mais de 85 milhões de acessos nos primeiros dias de consulta pela CTPS Digital. Na plataforma, é possível verificar informações como valor do benefício, banco responsável pelo pagamento e a data específica do depósito.

[Fundacentro e IFSP promovem aula inaugural da pós-graduação em Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho e Democracia](#)

Fundacentro - 02/02/2026

Auditório praticamente lotado e participação ativa de estudantes marcam a aula inaugural do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho e Democracia, realizada na sexta-feira, 30 de janeiro de 2026. A atividade abre oficialmente a nova turma da especialização promovida pela Fundacentro, em parceria com o Instituto Federal de São Paulo - IFSP, no auditório da instituição, situado em Pinheiros, São Paulo - SP.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Assessoria de saúde e segurança do trabalho é condenada por descumprimento de normas de ergonomia](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/02/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve a condenação da empresa Normas Medicina e Segurança do Trabalho Ltda., de Caxias do Sul, por descumprimento de normas de ergonomia e de condições sanitárias. A decisão determina à empresa o pagamento de indenização por danos morais coletivos de R\$ 50 mil.

[MPT integrará Comitê Diretivo do Observatório do Trabalho Decente do Judiciário](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/02/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) irá participar do Comitê Diretivo do Observatório do Trabalho Decente do Judiciário, criado em novembro do ano passado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin. O coordenador nacional de Combate ao Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete) do MPT, procurador do Trabalho Luciano Aragão, será o representante da instituição no comitê, que fará sua reunião inaugural no próximo dia 11 de fevereiro.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Trabalhador mais protegido: MTE publica as portarias nº 104 e nº 105, que alteram normas de SST](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/02/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou na sexta-feira, 30 de janeiro, no Diário Oficial da União, as Portarias MTE nº 104 e nº 105, que alteram normas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), dispositivos administrativos, com impacto para empresas, profissionais de SST (Saúde e Segurança do Trabalho) e entidades representativas do setor. As alterações são necessárias para alinhar o processo fiscalizatório às recentes modernizações de outras normas essenciais.

[SINAIT acompanha a instalação e a eleição do presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/02/2026

Nesta terça-feira, 3 de fevereiro, o presidente do SINAIT, Bob Machado, as diretoras da entidade Rosa Jorge e Olga Valle e o presidente do Conselho de Delegados Sindicais, Anísio Barcelos (GO), acompanharam a instalação e a eleição do novo presidente, deputado federal Max Lemos (PDT/RJ), da Comissão de Trabalho (Ctrab), na Câmara dos Deputados.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[TRT-15 afasta dano moral por apelido vexatório originado de conduta do próprio trabalhador](#)

Consultor Jurídico - 07/02/2026

O empregador não possui responsabilidade sobre apelidos pejorativos provocados pela conduta do trabalhador. Para que exista dano moral, é preciso a comprovação da participação ou da omissão da empresa. Com esse entendimento, o juízo da 3ª Câmara (2ª Turma) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP) negou pedido de indenização por danos morais feito por um operador de máquinas que alegava ser vítima de assédio ao ser chamado pelo apelido de “hemorroida” no ambiente de trabalho.

[Até onde vai a Justiça do Trabalho na execução contra grupo econômico](#)

Consultor Jurídico - 07/02/2026

O julgamento do Tema 1.232 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal representa mais um movimento relevante no sentido de conter o ímpeto histórico da Justiça do Trabalho de mitigar garantias constitucionais das empresas, notadamente o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, sob o argumento da necessária efetividade da satisfação do crédito trabalhista.

[PGR defende competência da Justiça comum para avaliar pejotização](#)

Consultor Jurídico - 06/02/2026

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela constitucionalidade da contratação de prestadores de serviço por meio de pessoas jurídicas ou como autônomos, e pela competência da Justiça comum para analisar, inicialmente, ações que discutem a existência, validade e eficácia desses contratos.

RADAR TRABALHISTA

[Acúmulo e desvio de função à luz do equilíbrio contratual e da vedação ao enriquecimento sem causa](#)

Consultor Jurídico - 06/02/2026

A relação de emprego é, por excelência, um vínculo de caráter sinalagmático. Isso significa que, no contrato de trabalho, há uma dependência recíproca de obrigações: ao empregado compete a prestação de serviços e, ao empregador, a contraprestação pecuniária. Esse binômio trabalho-salário deve guardar necessária equivalência.

[STF redesenhou equilíbrio entre liberdade sindical e dever de custeio](#)

Consultor Jurídico - 05/02/2026

A decisão do Supremo Tribunal Federal nos embargos de declaração no ARE 1.018.459, sob o rito da repercussão geral (Tema 935), talvez seja a mais importante virada de chave no financiamento das entidades sindicais desde a reforma trabalhista de 2017. Ao admitir a cobrança de contribuição assistencial de todos os empregados da categoria, inclusive não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição, o STF redesenhou, em poucos parágrafos, o ponto de equilíbrio entre liberdade de associação, negociação coletiva e dever de custeio do sistema sindical.

[Dispensa de aviso prévio solicitada por empregado dá início à prescrição, decide juíza](#)

Consultor Jurídico - 04/02/2026

Quando há pedido de demissão com dispensa do cumprimento de aviso prévio por iniciativa do empregado, o prazo de prescrição para o ajuizamento da ação trabalhista tem início no último dia de trabalho. Com esse entendimento, a juíza Maíza Silva Santos, da 64ª Vara do Trabalho de São Paulo, extinguiu um processo de um homem contra uma empresa de eletrônicos.

RADAR TRABALHISTA

[TRT-12 mantém indenização a mulher que adoeceu depois de ser acusada de copiar documentos](#)

Consultor Jurídico - 02/02/2026

A contribuição do ambiente de trabalho, ainda que não exclusiva, é suficiente para gerar a responsabilidade da empresa sobre doença adquirida. Com essa fundamentação, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) condenou uma empresa a pagar R\$ 15 mil, por danos morais, a uma mulher que desenvolveu transtorno de ansiedade generalizada depois de ser acusada de “copiar documentos sigilosos da empresa”.

[TRT-15: Dispensa após B.O por injúria racial é discriminatória](#)

Migalhas - 06/02/2026

A 11ª câmara do TRT-15 reconheceu a dispensa discriminatória de faxineira afastada após apresentar boletim de ocorrência por injúria racial contra empregadora e determinou o pagamento em dobro da remuneração do período de afastamento, além do pagamento de R\$ 30 mil por danos morais.

[TRT-2 nega pedido de acesso ao Coaf em execução sem indícios de fraude](#)

Migalhas - 05/02/2026

A 12ª turma do TRT da 2ª região manteve decisão que indeferiu pedido de expedição de ofício ao Coaf para apuração da existência de ativos e bens em execução trabalhista. O colegiado entendeu que a utilização do órgão não se presta à mera investigação patrimonial, sendo indispensável a demonstração de indícios robustos de fraude para justificar a quebra de sigilo bancário e financeiro.

RADAR TRABALHISTA

[Leis trabalhistas de 2026 ampliam deveres das empresas, diz advogada](#)

Migalhas - 04/02/2026

As alterações na legislação trabalhista que entram em vigor em 2026 não configuram uma nova reforma ampla, mas consolidam normas regulamentares e entendimentos já predominantes na Justiça do Trabalho. Ainda assim, o impacto para as empresas é significativo, sobretudo em termos de custos, gestão de pessoas e risco de passivo judicial.

[TST valida penhora de restituição de IR para pagar dívida trabalhista](#)

Migalhas - 04/02/2026

A 6ª turma do TST ratificou a decisão de penhorar parcela da restituição do Imposto de Renda de duas sócias de empresa para pagar pendências trabalhistas a ex-atendente, que aguarda o recebimento de seus direitos há mais de oito anos.

[Cármen afasta vínculo de emprego e cassa pela 2ª vez acórdão do TRT-4](#)

Migalhas - 02/02/2026

A ministra Cármen Lúcia, do STF, julgou procedente reclamação apresentada por construtora para cassar acórdão, pela segunda vez, da 8ª turma do TRT da 4ª região que havia reconhecido vínculo de emprego em contrato firmado por meio de pessoa jurídica. Para a ministra, ficou caracterizada resistência injustificada ao cumprimento das decisões vinculantes da Corte.

[Redução da jornada e fim da escala 6x1 colocam a saúde do trabalhador no centro da agenda do Congresso](#)

Revista Proteção - 06/02/2026

RADAR TRABALHISTA

Com a retomada dos trabalhos legislativos, o Congresso Nacional volta a ser pressionado por uma das mais relevantes demandas do mundo do trabalho: a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. Inclusive, o governo deve apresentar projeto de lei para reduzir a escala 6x1. Isso evidencia o grau de pressão em torno do tema, que já ultrapassou o debate parlamentar e começa a se materializar na prática, como mostra o setor supermercadista do interior de São Paulo, onde a adoção da escala 5x2 vem se tornando realidade.

[ANAMT discute o papel do médico do trabalho na gestão dos riscos psicossociais](#)

Revista Proteção - 06/02/2026

A Gestão dos Fatores de Riscos Psicossociais no Trabalho e a relevância do médico do trabalho na elaboração e qualificação do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais foram temas abordados em webinar realizado pela ANAMT (Associação Nacional de Medicina do Trabalho). O conteúdo está disponível para os associados na plataforma ANAMT Virtual.

[Seminário aborda mudanças da NR 4, que está em consulta pública](#)

Revista Proteção - 05/02/2026

No dia 11 de fevereiro acontece o Seminário sobre a NR 4, das 10 às 16h, promovido pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). A NR 4 atualmente está em consulta pública até o dia 2 de março. A consulta foi aberta pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e trata do Anexo I da NR-4, elaborado pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), que revisa a Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE – versão 2.0) com seus respectivos Graus de Risco (GR).

[Procurador do Trabalho Raymundo Ribeiro assume coordenação nacional da Codemat](#)

Revista Proteção - 05/02/2026



RADAR TRABALHISTA

Para o biênio 2026-2027, a Coordenadoria focará em dois projetos estratégicos nacionais. “O primeiro envolve a saúde mental no trabalho, pois observamos um número absurdo de afastamentos do trabalho por doenças mentais. Em parcerias com outros órgãos, a exemplo do Ministério do Trabalho e Emprego, queremos a implementação da NR-1, com a sua última alteração, que visa ao monitoramento dos riscos psicossociais pelos empregadores”, explicou Ribeiro. O segundo projeto trata do impacto das mudanças climáticas nas relações de trabalho, combatendo a precarização e a exposição de trabalhadoras e trabalhadores nos ambientes de trabalho afetados pelas mudanças climáticas.

[Segurança no trabalho: riscos psicossociais passam a fazer parte da NR-1 a partir de maio](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/02/2026

A saúde mental passa a integrar de forma obrigatória a gestão de riscos ocupacionais das empresas brasileiras. A partir do dia 26 maio de 2026, com a entrada em vigor da atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), os riscos psicossociais devem constar no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o que exige do setor da construção a identificação, avaliação e controle de fatores como sobrecarga de trabalho, jornadas extensas, conflitos e assédio no ambiente laboral.

[CPRT faz balanço de 2025 e reforça agenda estratégica para 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 28/01/2026

A Comissão de Política de Relações do Trabalho da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CPRT/CBIC) apresentou o balanço das ações desenvolvidas ao longo de 2025 e definiu as prioridades que orientam a atuação da comissão em 2026. O trabalho esteve concentrado no fortalecimento das relações trabalhistas, na qualificação técnica do setor e no acompanhamento permanente do ambiente normativo que impacta a indústria da construção. No último ano, a CPRT ampliou os instrumentos de monitoramento legislativo e das negociações coletivas, com a produção contínua de análises voltadas às empresas e às entidades representativas do setor.

RADAR TRABALHISTA

[PQVC 2026: Sinduscon Ceará disponibiliza portfólio de ações voltadas à saúde, capacitação e bem-estar nos canteiros e escritórios](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 04/02/2026

O Sinduscon Ceará está divulgando o portfólio 2026 de ações do Programa Qualidade de Vida na Construção (PQVC), iniciativa coordenada pela Comissão de Responsabilidade Social (CRS) e voltada à promoção da saúde, do bem-estar e da capacitação dos trabalhadores da construção civil. O PQVC é estruturado em quatro projetos que ampliam o alcance das ações desenvolvidas pelo sindicato: Oficinas e Serviços de Saúde, Projeto Construção+, Copa da Construção e Dia Nacional da Construção Social.

[Congresso inicia ano legislativo com fim da escala 6x1 e agenda social entre as prioridades de 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 03/02/2026

O Congresso Nacional abriu os trabalhos legislativos de 2026 com uma agenda concentrada em segurança pública e propostas de caráter social e econômico. Entre os temas prioritários está o debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1 sem redução de salário, medida que deve mobilizar diferentes setores produtivos ao longo do primeiro semestre.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 10, DE 30 DE JANEIRO DE 2026](#) (DOU de 03/02/2026 Seção I Pág. 156) - Contribuição Social Previdenciária. não Incidência. Prêmio por Desempenho Superior. Reforma Trabalhista;

[PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/DTI/INSS N° 38, DE 30 DE JANEIRO DE 2026](#) (DOU de 03/02/2026 Seção I Pág. 181) - Suspende temporária de prazos e garantia da Data de Entrada do Requerimento-DER, em razão da manutenção programada para migração tecnológica do CV3;

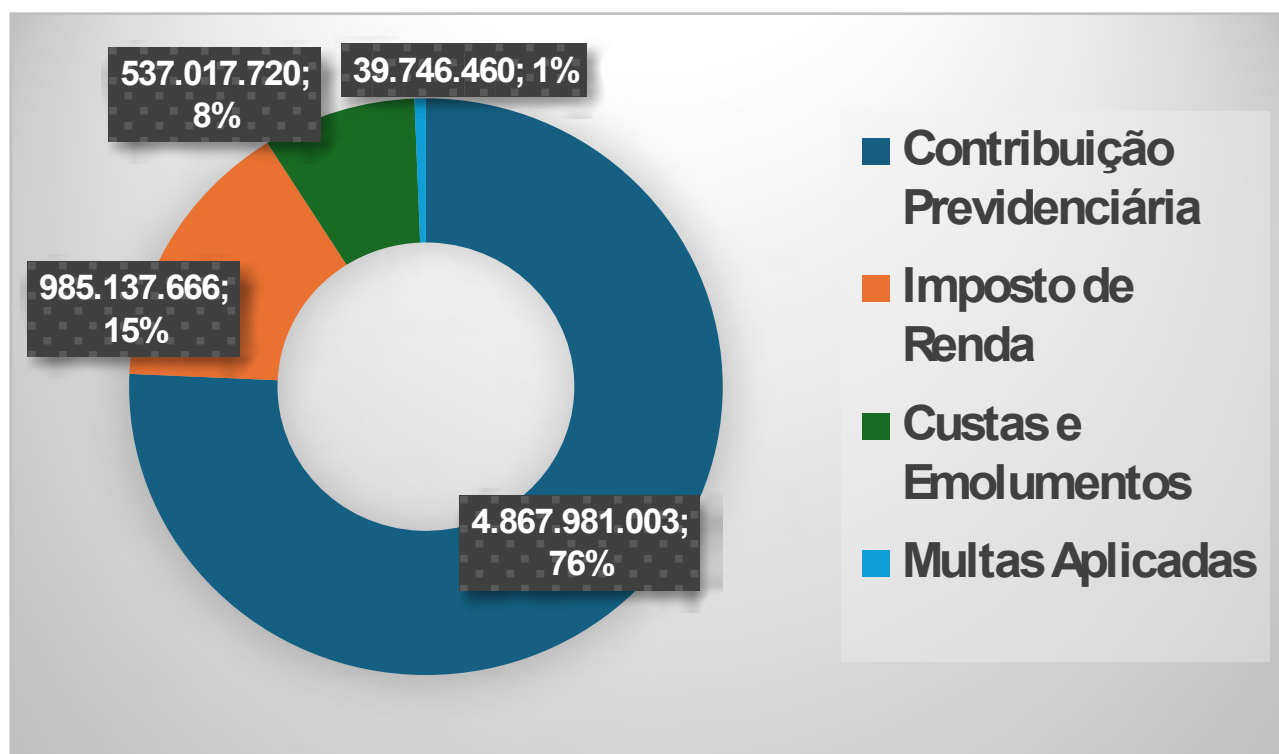
[PORTARIA RFB N° 645, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 05/02/2026 Seção I Pág. 32) - Altera a Portaria RFB n° 632, de 30 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Programa Receita Social Autorregularização que visa promover a conformidade das obrigações tributárias acessórias relativas às informações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial prestadas por órgãos públicos federais, estaduais, distritais e municipais;

[PORTARIA MTE N° 203, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 06/02/2026 Seção I Pág. 125) - Prorroga o prazo de início de vigência parcial do item 18.10.1.13 da Norma Regulamentadora n° 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria SEPRT n° 3.733, de 10 de fevereiro de 2020, para os tipos de máquinas autopropelidas que indica.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do Novo Caged - MTE

Série histórica dos valores arrecadados na Justiça do Trabalho no ano de 2025 (novembro/25):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico